



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao
Desembargador Valentim Alves da Silva*

20/08/2014

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Alexandre Alves Lazzarini (neto do homenageado, falando em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO - Des. Alexandre Moreira Germano (Coordenador do Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo)

ENCERRAMENTO

Des. Eros Piceli (Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, representando o Presidente)

Em evento da **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante**, a Corte homenageou no Palácio da Justiça, o desembargador Valentim Alves da Silva pelo centenário de seu nascimento.

Dada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Desembargador **ALEXANDRE ALVES LAZZARINI**, neto do homenageado e que no evento representou o diretor da Escola Paulista da Magistratura (EPM), Fernando Antonio Maia da Cunha, falou em nome do Tribunal de Justiça.

No início da solenidade, Lazzarini destacou as presenças do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Sydney Sanches e do coordenador da Agenda 150 anos, desembargador Ricardo Henry Marques Dip.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, por iniciativa do seu Presidente, Desembargador José Renato Nalini, que dentre suas várias iniciativas, desde o biênio anterior, quando exerceu o cargo de Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, vem resgatando a memória da Justiça de São Paulo, este ano deu início à “*Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante*”, honrando a minha família e a mim com esta homenagem ao meu avô materno, Valentim Alves da Silva.

A alegria encheu o meu coração e fez transbordar as lembranças de um neto, que, quando das comemorações dos 50 anos do Fórum João Mendes Júnior, na condição de Juiz Diretor, em 2008, indagado sobre o que é exercer essa função no maior Fórum da América Latina, pouco reclamou das dificuldades existentes. O que lembrei, na oportunidade, foi que, naquele fórum, na minha infância, entre várias coisas, corria por seus corredores, do 13º andar, para abraçar o meu avô Valentim, que era Juiz do Tribunal de Alçada Criminal, no início dos anos 1970, quando o Juiz de Tribunal de Alçada, tinha o título de Ministro, igual do Supremo Tribunal Federal, para tristeza de alguns Desembargadores.

Esses laços, do sentimento familiar, ampliaram-se para a atividade profissional, quando, desistindo de fugir das atividades jurídicas, talvez para “ser independente”, comuniquei que ia fazer a faculdade de Direito com a finalidade de ser juiz, como meu avô e meu pai, este o Desembargador Alvaro Lazzarini, falecido em fevereiro deste ano. Diziam os amigos que a alegria era tão grande, que seu sorriso ia de “orelha à orelha”, pois dois de seus netos, minha irmã, Sandra Helena, e eu, iam fazer Direito, sendo que eu queria ser “Juiz”. Isso foi em 1980.

Depois, outros netos também graduaram-se em Direito, porém, coube a mim, enfrentar o concurso da magistratura bandeirante e seguir os seus passos na carreira.

São memórias de um período de um avô que ajudou um neto. E muitas são as passagens, pois, iniciei a minha atividade profissional, neste Tribunal de Justiça, em 1982, trabalhando na sua Presidência (era Presidente o Desembargador Francisco Thomaz de Carvalho Filho, o querido Dr. Carvalhinho). Como funcionário, ficava em sala vizinha da Sala 510, ao lado da Presidência, motivo pelo qual, nos dias de sessão da 1ª Câmara Civil da Primeira Seção do Tribunal de Justiça, ele não deixava de dar um “alô” para mim, conduta que durou até sua aposentadoria compulsória em junho de 1984.

Em sua casa, tive a oportunidade de conhecer e conviver com os nobres e saudosos advogados, Theotônio Negrão e Raimundo Paschoal Barbosa, por exemplo, através dos quais, pelo que representam, saúdo toda a advocacia, atividade que meu avô também exerceu com paixão, antes e depois da magistratura.

Foi nesta mesma sala que ele chorou comigo, quando fui reprovado no meu primeiro concurso, e, também, foi nesta mesma sala que em 1988, logo depois de proclamado o resultado do 154º Concurso de Ingresso na Magistratura, o encontrei, com uma *champagne*, juntamente com todos que lá trabalhavam, desde o Desembargador Nereu César



de Moraes, Presidente desta Casa na época, meus diletos amigos, dentre eles Vossa Excelência, Sr. Presidente, entre os vários Juizes Assessores, o poeta Paulo Bomfim e o então Capitão e hoje Juiz do Tribunal de Justiça Militar, Coronel Fernando Pereira, além, é claro, da minha fonte de inspiração, com quem no ano seguinte me casaria, ou seja, Virginia. Agora, chorávamos de alegria.

Foi meu avô, em especial, a pedido do Desembargador Marcos Nogueira Garcez, Presidente deste Tribunal em 1987, e com quem eu trabalhava, que me “enquadrou” para evitar decisões precipitadas de um concursando.

O tempo passou. Visitou-me nas comarcas onde estive, juntamente com minha avó Conceição, bem como fez questão de rever o discurso que faria (e fiz), como Diretor do Fórum, na instalação da 2ª Vara de São Roque, em 1990, com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Aniceto Lopes Aliende, de quem, Sr. Presidente, Vossa Excelência era, na época, Juiz Assessor.

Quando eu e Virginia vínhamos para São Paulo, meu avós, Conceição e Valentim, nos acomodavam em sua casa, e diziam que era para escolhermos um passeio para eles. Assim, continuou meu avô, mesmo após o falecimento de sua esposa Conceição.

São tempos de lembranças, fixadas nos fatos vividos, como em 1989, quando eu era Juiz de Santa Cruz das Palmeiras, e ele me telefonou indignado, pois um Desembargador o tinha advertido que estava preocupado comigo, já que no mês de abril, só tinha dado 7 sentenças. A indignação não era comigo, mas com seu colega Desembargador, que tinha estado em meu casamento no início do mês!

Também, fazendo-me companhia na maternidade, enquanto esperava o nascimento de minha primeira filha, Renata, em 1992, quando ela nos foi mostrada na janela, choramos juntos novamente, dizendo-me ele, que já tinha outros bisnetos: Alexandre, ter filhos é uma maravilha, ver os netos uma benção, conhecer os bisnetos a certeza do sentido da imortalidade.

Meu avô me telefonava, quando seus amigos, magistrados ou advogados, comentavam minhas decisões, em especial quando fui Juiz Auxiliar nas Varas de Família e Sucessões do Fórum Regional de Pinheiros, da mesma forma que gostava de discutir os “casos” de quando fui Juiz Substituto em Santos. Com ele, toda noite conversava.

Porém, em julho de 1993, quando estávamos preparados para ir para a Pousada do Rio Quente, ou seja, meu avô, meus pais, meu irmão Ricardo, minha irmã Sandra Helena com marido e filha, e eu com minha esposa e filha, a escuridão se pôe sobre Valentim Alves da Silva, iniciada alguns meses antes com tempestades que se estendem até hoje, causadas por alguns a quem sempre estendeu a mão.

Meu avô Valentim ia participar, antes da nossa viagem, do desfile comemorativo de 9 de Julho, relativo à Revolução Constitucionalista de 1932, no qual ele foi combatente; porém, teve um derrame, e isso dá início a um calvário que perdurou por dois anos, até o seu falecimento em 26 de julho de 1995. Dois anos em que ficou tetraplégico, sem fala, dependente de enfermeiros.

Nesse período que ficou inabilitado para a vibração da vida, teve o auxílio, incomensurável de sua filha Heidi, minha mãe, e de minha irmã, Sandra Helena; foi de importância impar o meu irmão Ricardo, que abdicou parte de sua juventude, para fazer companhia ao avô Valentim, e que até hoje ajuda a preservar a sua memória. Tudo isso trouxe a ira de alguns, os quais mantêm as nuvens carregadas, mas, em razão do prestígio de Valentim Alves da Silva, servem-se dele até hoje.

Senhor Presidente, Desembargador José Renato Nalini, que, como Vossa Excelência já teve oportunidade de dizer, por pelo menos duas oportunidades, teve em meu avô Valentim uma de suas fontes de exemplo na magistratura e na dignidade de pessoa, pois foi ele Juiz de Jundiáí, sua cidade, de onde também recebeu o título de “Cidadão Jundiáense”, em 1982, além de ser posteriormente homenageado, na mesma cidade, em 1984, em razão de sua aposentadoria, pela “Família Forense de Jundiáí”, em evento organizado pelo agora Presidente da Seção de Direito Privado, Desembargador Arthur Marques da Silva, também com a participação de Vossa Excelência, Sr. Presidente.

E foi em Jundiáí, onde meu avô foi Juiz de Direito Titular de 2ª e 3ª entrância, no período de 1951 até 1955, que duas pessoas se encontraram e lá casaram em dezembro de 1958, ou seja, minha mãe Heidi e meu pai, o jundiáense



Alvaro.

Na condição de neto, e não de historiador, não poderia começar esta oração em homenagem ao Desembargador Valentim Alves da Silva de outra forma, que não fosse com essas pequenas lembranças, para, através de nosso relacionamento, mostrar aquilo que o Professor da Universidade de Buenos Aires, o ilustre penalista Elias Neuman, escreveu, em sua tese de doutorado, transformada na obra “Prisión Abierta, una nueva experiencia penológica”¹, em 1962, em tópico dedicado exclusivamente para ele, na época, Juiz de Direito Titular da Vara de Execuções Criminais e Corregedoria da Polícia de São Paulo:

“Personalidade do Dr. Valentim Alves da Silva – O Cargo de juiz de execuções criminais recaiu sobre a pessoa de Valentim Alves da Silva. É o Dr. Valentim – como o chamam funcionários e reclusos – uma figura consular, um desses homens que parecem estranhos ao nosso tempo pela sua qualidade de paz, a sua espiritualidade e vocação para a magistratura que exala de sua personalidade”.

Nesta época, que vai do fim dos anos 1950 até os anos 1960, várias histórias existem, passando pelos períodos em que meus pais namoravam nos presídios, pois acompanhavam meu avô nas visitas correcionais pelo Estado de São Paulo, até uma onça de pelúcia fabricada e ofertada pelos internos da Penitenciária do Estado, que recebi de presente, no meu nascimento em 1962, na condição de primeiro neto do juiz. Das histórias e problemas que depois vieram, não se pode esquecer que exercia esse cargo em 1964, ano de grandes conflitos políticos, que transformaram a vida de nosso país, mas que ele, ao menos na sua área de atuação, conseguiu manter, em face da sua respeitabilidade no sistema carcerário, a tranquilidade necessária.

Por sua importância nessa área, meu avô foi homenageado pelo Governo do Estado de São Paulo, emprestando seu nome para uma penitenciária, ou seja, a Penitenciária “Valentim Alves da Silva”, na cidade de Álvaro de Carvalho, inaugurada em 10 de setembro de 1998.

A construção de sua personalidade e de sua reputação se deu com muita luta.

Nascido em 14 de junho de 1914, na cidade de Guaratinguetá, este filho de Antonio Alves da Silva e Atalibia Apolinária da Silva, foi, ainda criança, morar na cidade de Guará, onde hoje o Fórum leva o seu nome, morar com sua irmã Erotildes e o cunhado Deodato, ajudando-os na farmácia que possuíam.

Casou-se, em 1938, com Conceição Marcondes dos Santos, que passa a se chamar Conceição Alves da Silva, sua esposa por mais de 50 anos, e minha querida avó. E suas bodas de ouro, em 1988, foi objeto de poema do nosso poeta Paulo Bomfim:

“Um casal habitante em nossos corações, comemora meio século de encantamento.

Nada mais tocante do que o ouro das bodas, abençoando a prata dos cabelos de dois versos que Deus uniu num poema.

Ternura e amizade, companheirismo e sabedoria, iluminam os passos dos amigos que viemos celebrar.

Filhos, netos, genro, noras e amigos, comemoram o exemplo dessa união.

O voluntário paulista de 18 anos que se bateu bravamente em Buri nos idos de 32 e sua eterna namorada caminham de mãos dadas através do tempo.

O jovem magistrado e sua esposa adolescente, aqui estão hoje com o mesmo enlevo de cinquenta anos atrás!

Que o modelo lembre a todos, que o amor é a árvore abençoada, distribuindo flores e frutos, sombra e agasalho, perfume e esperança!

Queridos noivos D^ª Conceição e Dr. Valentim:

– Obrigado pela poesia de seu Amor!”

¹ Ed. Depalma, Buenos Aires, 1962, p. 454. “306. *Personalidade del Dr. Valentim Alves da Silva*. – El cargo de juez de ejecuciones criminales há reaído em la persona de Valentim Alves da Silva. Es el Dr. Valentim – como le llaman fucionários y reclusos – una figura consular, uno de esos hombres que parecen extraños a nuestro tempo por la cualidad de paz, la espiritualidade y vocación por la magistratura que su personalidad exhala”



Foi, usando os contos de fadas: “um sonho lindo que se realizou”.

Mas, como disse meu avô, em sua posse como Desembargador deste Tribunal de Justiça, em 1979, era filho de família pobre e humilde, sem tradição no campo jurídico, mas afeita ao trabalho e honestidade, sem projeção social.

Esse homem, com o passar do tempo, dedicou-se aos estudos, quis seguir a profissão de escritor, mas seu destino lhe traçou outros caminhos.

Engajou-se na Revolução Constitucionalista de 1932, sendo Secretário do Núcleo da Federação dos Voluntários e do Diretório do Partido Constitucionalista, na cidade de Guará, de onde saiu para integrar, na condição de Soldado, o Batalhão Universitário “Fernão Salles”, combatendo no Setor Sul, região de Itapetininga, onde viu amigos tombarem e foi preso pelas forças centrais, sendo transferido para Paranaguá e depois para a Ilha das Flores, próxima a Niterói, onde ficou até o término da Revolução, como narra, com paixão, no seu livro de memórias “Nove de Julho”².

Depois de concluir os estudos no segundo grau, fazendo-o já adulto, ingressou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, sendo da turma de 1940, época em que trabalhou como funcionário da Secretaria da Segurança Pública, além de ter sido redator da Imprensa Brasileira Reunida (IBR), escrevendo para uma rede de jornais do interior, especializando-se em “crítica literária”.

Como curiosidade, teve como colega de faculdade Ulysses Guimarães, que morou na casa de meus avós, já tendo nascido minha mãe Heidi, em 1939, e foi aluno de oratória de meu avô. Ulysses Guimarães foi o orador de sua turma e dizia que superou o seu professor, pois seguiu a lição deste, ou seja, preparou e treinou o discurso; meu avô, orador nato, deixou para o improvisado e, assim, seu aluno o superou.

Com a paixão pela política e o sonho de ser escritor, que sempre o acompanharam, surgiu, também, um educador.

Como jornalista, foi agente correspondente, por vários anos, do “Diário de São Paulo” e, em Guará, do “Correio Paulistano”. Fundou e foi diretor de jornais, na cidade de Tanabi (“O Município”) e na cidade de Três Lagoas (“Gazeta do Comércio”), em Mato Grosso.

Antes de seguir na docência no ensino superior, fundou e foi diretor do “Ginásio Dois de Julho”, em Três Lagoas, e do “Ginásio Fernando Costa”, em Tanabi, onde, também, lecionou português.

Ainda em Tanabi, foi fundador e diretor do Tiro de Guerra, Presidente do Grêmio Literário. Além disso, destacando-se a sua veia política, foi Prefeito Municipal de agosto de 1945 até dezembro de 1946.

Foi nessa época, e recorde ele dizendo, que candidato a Deputado Estadual, de tudo desistiu, dando início a sua vida na magistratura de São Paulo, como Juiz Substituto em São José do Rio Preto, em 16 de janeiro de 1947.

Foi em seguida juiz de Ituverava, para depois seguir para Pitangueiras em 1950.

Em Pitangueiras, conheceu um jovem datilógrafo, que o ajudou no fichamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Estaduais, pois estava escrevendo um livro com comentários ao Código Penal, artigo por artigo. Depois orientou esse jovem na nossa Capital Paulista. Foi este jovem datilógrafo de Pitangueiras que se tornou um de seus maiores orgulhos, pois seguiu a carreira da magistratura com brilho de estrela de primeira grandeza, sendo presidente das Associações Paulista e Brasileira de Magistrados, até chegar à Presidência do Supremo Tribunal Federal. Trata-se do nosso querido Ministro Sidnei Sanchez³.

De Pitangueiras foi para a Jundiá, já referida, e daí para a Capital, na Vara de Execuções Criminais, na condição de Juiz Corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária da Capital, e depois, em 1967, para o Tribunal de Alçada Criminal, onde ficou até ser promovido ao cargo de Desembargador, em 1979.

Como Desembargador, foi Presidente, Vice-presidente e Corregedor Geral Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, de 1983 até sua aposentadoria em 1984, período em que foram organizadas as eleições para prefeitos das cidades consideradas de segurança nacional e que eram nomeados pelo governo central.

2 Typographia S. José, Guará, 1932. Exemplar disponível no Museu do Tribunal de Justiça.

3 Veja-se discurso de posse no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada Criminal, D.O.E. Poder Judiciário, 27/5/1978



O seu amor pela política não se esmoreceu na magistratura. Por óbvio, não tinha mais atividade partidária, mas viveu intensamente a magistratura, participando da atividade política associativa, pois foi diretor da APAMAGIS e candidato a seu presidente, organizava viagens turísticas para os magistrados, com apoio da empresa de ônibus “Viação Cometa”, que tinha como diretor jurídico seu compadre Nelson Ferreira, e que também ajudava os magistrados fornecendo passagens para que se locomovessem entre as comarcas.

Os magistrados eram uma preocupação sua e os funcionários também.

Em sua casa, sob o comando de sua esposa, minha avó Conceição, e, após, sua filha, Heidi, minha mãe, manteve-se, por longos anos, o “Movimento das Esposas de Magistrados e Colaboradoras”, com a finalidade de ajudar os funcionários do Tribunal de Justiça. Isso já nos anos de 1980, onde, como fonte de recursos, já se recolhiam os hoje famosos “recicláveis”. O “Movimento” lá se reuniu até pouco depois de seu falecimento; era algo de que se orgulhava, pois ajudava a melhorar a vida de pessoas com dificuldades que um dia também teve.

Referi-me há pouco a sua vida de professor antes da magistratura. Volto à sua vida acadêmica já no seu período de magistratura.

Em Jundiaí, foi professor de Sociologia Educacional da Escola Normal “Anchieta” e, depois, chegou a Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito Padre Anchieta, na mesma cidade.

Também foi Professor Titular de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Vejam que, apesar de uma carreira da magistratura intensa na área penal, no período de Juiz de Direito na Capital, e depois no Tribunal de Alçada Criminal, dedicou a atividade acadêmica ao Direito Civil, ramo do direito que voltou a atuar na magistratura, somente quando promovido para Desembargador onde, na 1ª Câmara Civil, trabalhou com Cândido Rangel Dinamarco, Renan Lotufo, Roque Komatsu e Luis de Macedo, entre outros.

Lecionou, ainda, Criminologia e Direito Administrativo no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar e foi conferencista no Curso de Extensão Universitária de Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Já aposentado, foi interventor judicial na Fundação Armando Alvares Penteado, onde, juntamente com outros dois interventores, evitou a sua bancarrota.

Apresentou vários trabalhos em congressos sobre cumprimento de penas, proferiu várias palestras, como as que foram destacadas.

Nascido em Guaratinguetá, onde ficaram seus outros irmãos e estão vários de seus sobrinhos e sobrinhas netos, alguns deles aqui presentes, recebeu, em 1985, o título de Cidadão Emérito de Guaratinguetá.

Meu caro amigo, Desembargador José Renato Nalini, o espaço é curto e o tempo corre para todos nós, por isso, a sua iniciativa de relembrar pessoas que fizeram a diferença na família forense e no mundo jurídico paulista é de singular importância.

Para tanto, repito as palavras apaixonadas do jovem Valentim Alves da Silva, em sua obra “Nove de Julho”:

“(…) As mais variadas explicações surgem no terreno da imprensa, todas igualmente prováveis e certas. Sómente a análise fria e imparcial da História é que nos poderá dar um depoimento fiel e razoável.

Alguns testemunhos, porém, devem aparecer, desde já, para que o decorrer do tempo não os altere e não consiga influir no espírito da nossa geração roubando-lhe o entusiasmo e a confiança que deposita no futuro de São Paulo. Tudo que se fizer agora, auxiliará o historiador no dia de amanhã” (p. 8).

Aqui fica, portanto, um testemunho de um neto sobre o seu avô, que serviu de exemplo não só para mim, mas para muitos, como a estrela que na escuridão indica ao viajante seu caminho, como o sol que nos aquece nos dias frios da vida.

Esse é meu avô, esse é o Desembargador Valentim Alves da Silva.

Muito obrigado.



Em seguida, foi feita a doação simbólica do acervo do desembargador Valentim Alves da Silva ao Museu do TJSP, incluindo-se objetos pessoais, como a primeira carteira da magistratura, passaportes, álbuns fotográficos e grande quantidade de livros e documentos. O coordenador do Museu do TJSP, desembargador ALEXANDRE MOREIRA GERMANO, fez uso da palavra:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores:

Como Coordenador do Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo, é-me grato receber hoje, nesta solenidade, os documentos que foram deixados pelo Desembargador Valentim Alves da Silva. Trata-se de valiosa coleção de papéis, que vêm se incorporar ao acervo do Museu, enriquecendo-o pelo seu inegável cunho histórico e documental, dando testemunho de um longo período da vida do Tribunal.

E o ensejo é o mais oportuno, pois justamente neste ano estamos comemorando o centenário do Dr. Valentim, que nasceu em 14 de junho de 1914, em Guaratinguetá, neste Estado. A vida desse ilustre Magistrado se caracterizou pela multiplicidade de talentos, iniciando-se como administrador e político, até desenvolver-se como juiz, professor, escritor e orador, até culminar com sua elevação ao cargo de Desembargador, que exerceu com dignidade e brilho, até sua aposentadoria em 1984, cerca de onze anos antes do seu falecimento, em 26 de julho de 1995.

A obra do Dr. Valentim foi, por assim dizer, continuada por seu genro, o Desembargador Álvaro Lazzarini, com quem tive a honra de conviver neste Tribunal, colegas que fomos da Primeira Câmara de Direito Privado, na década de 1990.

E continua viva, na pessoa de seu neto, o Desembargador Alexandre Alves Lazzarini, um dos expoentes da nova geração de juristas e magistrados que engrandecem o Tribunal de Justiça de São Paulo.

É por intermédio do Desembargador Alexandre que nos vem às mãos os documentos deixados por seu avô, o que muito nos honra, revelando o apreço dedicado por Sua Excelência ao Museu do Tribunal e às suas tradições históricas e culturais.

Agradecemos, portanto, ao Desembargador Alexandre Alves Lazzarini, a todos os presentes e ao nosso Presidente José Renato Nalini por esta oportunidade e por permitir que o Museu mais uma vez se faça presente na história do nosso Tribunal.

Ao encerrar a cerimônia, o vice-presidente do Tribunal, desembargador EROS PICELI, que representou o presidente José Renato Nalini, afirmou: “Nós, seres humanos, vivemos a certeza da morte, mas podemos sobreviver com a memória que deixamos. Esta homenagem singela mostra claramente que o desembargador Valentim Alves da Silva continuará vivo neste Tribunal de Justiça de São Paulo, pelo que fez e pelo que nos legou”.

Prestigiaram o evento o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel; os desembargadores Artur Marques da Silva Filho (presidente da Seção de Direito Privado), Ricardo Mair Anafe (presidente da Seção de Direito Público) e Geraldo Francisco Pinheiro Franco (presidente da Seção Criminal); o procurador-geral do Município de São Paulo, Robinson Barreirinhas, representando o prefeito; o vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, Fernando Pereira, representando o presidente; a coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores da Defensoria Pública do Estado, Amanda Pontes de Siqueira, representando o defensor público-geral; a diretora da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo Tallulah Carvalho, representando o presidente; o presidente do Conselho Consultivo da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Renzo Leonardi, representando o presidente; o ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Newton de Lucca; os chefes de Gabinete Civil da Presidência do TJSP, juízes Afonso de Barros Faro Júnior e Ricardo Felício Scaff; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, tenente-coronel PM Washington Luiz Pestana Gonçalves, representando o comandante-geral da corporação; a presidente do Comitê de Ação Social e Cidadania (CASC) do Tribunal de Justiça, Maria Luiza de Freitas Nalini; o chefe de gabinete da Presidência do TJSP, Paulo Bomfim; o coordenador da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana



Mackenzie, Fabiano Dolenc Del Masso, representando o diretor; familiares do homenageado – Mário Eduardo Alves (filho), Maria Laura Savietto Alves (nora), Márcia Conceição Alves Dinamarco (neta), Sandra Helena Alves Lazzarini Carolla (neta), Ricardo Alves Lazzarini (neto), Cândido Eduardo Dinamarco (bisneto) e Thays Dantas Alves (bisneta) –; desembargadores, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo.